



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.000579/2019-11

Interessado: PODE JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS, Banco Bradesco S/A, FRANCISA BATISTA DE ABRANTES FERREIRA

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 11
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 15/09/2020, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



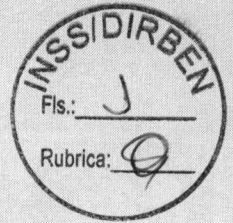
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1711944** e o código CRC **15E582B0**.

Referência: Processo nº 35000.000579/2019-11

SEI nº 1711944



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA
Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 - Pau dos Ferros/RN - Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfriespec@tjrn.jus.br

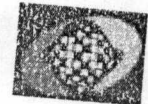


Ofício nº 161/2019

Pau dos Ferros/RN, 19 de março de 2019.

Processo n.º 0800374-26.2018.8.20.5108
Promovente: FRANCISCA BATISTA DE ABRANTES FERREIRA
Promovido: BANCO BRADESCO S/A

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO




35000.000579/2019-11

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **FRANCISCA BATISTA DE ABRANTES FERREIRA - CPF: 601.163.074-04**, benefício nº 1258152158, e parte promovida BANCO BRADESCO S/A, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da decisão interlocutória.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)
Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF
CEP 70070-946
e-mail: dirben@inss.gov.br

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0800374-26.2018.8.20.5108

AUTOR: FRANCISCA BATISTA DE ABRANTES FERREIRA

RÉU: BANCO BRADESCO S/A

PROJETO DE SENTENÇA

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Fundamento. DECIDO.

Quanto à preliminar de inépcia da inicial suscitada pela parte demandada, verifico que a exordial preenche todos os requisitos do art. 319 do CPC, bastando uma simples leitura para aferir a presença dos elementos necessários e suficientes para o conhecimento do pedido, que vem acompanhado da documentação probatória. Desse modo, não se apresentando quaisquer das hipóteses do art. 330, I, e parágrafo primeiro do CPC, rejeito a preliminar suscitada.

No tocante à preliminar de carência da ação por falta de tentativa de solução extrajudicial, arguida pela parte demandada em contestação, percebo que a mesma não merece acolhimento, uma vez que a parte autora sentiu-se prejudicada pelos descontos realizados em seu benefício previdenciário oriundos de um empréstimo que alega desconhecer, sendo seu direito formular pedidos, diante das garantias de acesso à justiça e inafastabilidade do controle jurisdicional.

Não há outras preliminares ou questões processuais para analisar.

Verifico que o presente feito encontra-se pronto para julgamento, nos termos do artigo 355, I, do NCPC, por ser desnecessária a produção de novas provas. Com isso, conheço do mérito da causa, passando a apreciar os pedidos formulados pela Autora.

No mérito, entendo que assiste razão à parte Autora.

A situação narrada na inicial enseja a aplicação do Código de Defesa do

EM BRANCO

Consumidor, pois no negócio jurídico celebrado pelas partes a autora se encaixa no conceito de consumidor (art. 2º da Lei n.º 8.078/90) e o demandado no de fornecedor (art. 3º da Lei n.º 8.078/90), na forma da Súmula n.º 297. E por constatar a hipossuficiência da consumidora no que tange à produção de provas, é que deveria a demandada proceder à prova quanto ao fato alegado na inicial, face a inversão do ônus da prova, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC, o que de fato não foi realizado.

Conforme consignado na petição inicial, a parte autora alega que nunca celebrou qualquer contrato com o banco demandado.

Por sua vez, o banco Demandado, alegou na contestação que o motivo dos descontos foi à celebração do contrato de empréstimo entre as partes, porém, o contrato não foi anexado pelo demandado, para que assim pudesse auferir a legitimidade dos descontos realizados.

Registre-se que o banco tinha o dever legal de apresentar o contrato, sob pena de presunção de verdade dos fatos alegados, conforme autoriza os artigos 396, 399 e 400 do CPC. Sendo assim, não provada a celebração do contrato de empréstimo consignado, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO(0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC. RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPORTADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106,

EM BRANCO

Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).



Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade do contrato ora questionado.

Ante a inexistência de provas capazes de comprovar a contratação da dívida objeto da demanda, não resta demonstrada a regularidade da mesma, com isso, o reconhecimento dos pleitos autorais é medida que se impõe.

Ora, no caso dos autos, afigura-se que a demandante desconhece a dívida em questão e que não acordou este contrato com a parte demandada.

Analisando a situação apresentada, observa-se que a instituição demandada, com o porte que tem, incluindo maquinários, empregados habilitados e bem treinados, deve responder pelos danos que a sua atividade, quando mal prestada, causar danos a terceiros.

No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art. 186 do CC) consistente em realizar empréstimo consignado vinculado à aposentadoria do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie.

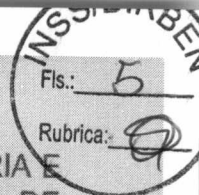
A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$

EM BRANCO

3.000.00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).



Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 01 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência da autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

A parte autora pleiteia a condenação da parte ré na obrigação de pagar em dobro os valores descontados do seu benefício, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

A demandante faz jus à restituição dos valores relativos aos descontos do empréstimo objeto da demanda. A repetição em dobro, porém, carece de demonstração de má-fé do contratante e do duplo pagamento por conta do consumidor, na esteira do entendimento do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. PROVA DE MÁ-FÉ DO CREDOR. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A repetição de indébito em dobro prevista no Código de Defesa do Consumidor não prescinde da prova de má-fé do credor. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013).

A má-fé da demandada não foi demonstrada, portanto, resta afastada a aplicação da devolução em dobro.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR** a nulidade do contrato de empréstimo consignado de nº. 0123320488709, vinculado ao benefício previdenciário da parte demandante (**NB 1258152158**);

b) **CONDENAR** a demandada a pagar a parte autora, a título de indenização por danos morais, a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de correção monetária a

EM BRANCO

contar desta data (súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

c) **DETERMINO** a restituição dos valores indevidamente descontados, de forma simples, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data do desconto (março de 2017, súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (**NB 1258152158**) relativa ao contrato ora declarado nulo, nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS nº. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intimem-se.

HANNA PINHEIRO DINIZ BEZERRA
Juíza Leiga

HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: "Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, HOMOLOGO, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais".

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso

EM BRANCO

não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

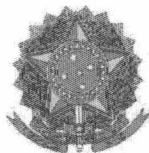
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

PAU DOS FERROS/RN, 15 de março de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

Imprimir

EM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 05/04/2019.

Ref.: Ofício nº 161/2019 de 19/03/2019

Interessado: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN - Juizado Cível e Criminal e de Fazenda Pública da Comarca de Pau de Ferros/RN

Assunto: Processo: 0800374-26.2018.8.20.5180- Aplicação de Penalidades da IN28 – Banco Bradesco S.A.

Trata-se de solicitação TJRN de apuração da conduta do Banco Bradesco S/A, a fim de identificar falhas no sistema do banco, no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância do estabelecido na IN28/2008.

2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo (01.300-417) para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios (01.500.502).

Karine Côrtes Segurado

Analista do Seguro Social

Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB

EM BRANCO

Consulta de Empréstimo Consignado

Usuário: Zilma Gomes de Souza

Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 1258152158

Nome do segurado: FRANCISCA BATISTA DE ABRANTES FERREIRA

Espécie: 41-APOSENTADORIA POR IDADE

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: NÃO

Valor da MR: R\$ 998,00 Valor referente ao pagamento da competência 06/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 998,00

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 19,57 2,0 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Ini. Contrato	Ini. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL. Empréstado	VL. Parcela	Parcela/Total
0123320488709 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	10/02/2017	03/2017	2019/03	11/02/2017	08/04/2019	Suspensão	SIM	NÃO	R\$ 570,00	R\$ 17,41	25 / 72
115438843 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	22/09/2016	10/2016	-	27/09/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.748,16	R\$ 53,10	33 / 72
114899871 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	19/09/2016	10/2016	2016/09	20/09/2016	27/09/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 490,24	R\$ 53,10	01 / 10
0123305547060 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	27/05/2016	06/2016	-	31/05/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 3.500,00	R\$ 96,48	37 / 72
0123296292662 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	14/12/2015	01/2016	-	14/12/2015	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 3.700,00	R\$ 112,84	42 / 72
0123258217304 - (Empréstimo por Retenção)	237 - BRADESCO	22/04/2014	05/2014	2015/01	26/04/2014	28/01/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.295,45	R\$ 99,72	09 / 59
0123258217477 - (Empréstimo por Retenção)	237 - BRADESCO	22/04/2014	05/2014	2015/01	26/04/2014	28/01/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 800,00	R\$ 24,21	09 / 59
011461369 - (Empréstimo por Consignação)	926 - MERCANTIL FINAN	28/01/2013	02/2013	2014/04	29/01/2013	26/04/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 540,49	R\$ 16,80	15 / 58
011315016 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	28/12/2012	01/2013	2014/04	29/12/2012	26/04/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.453,48	R\$ 107,50	16 / 58
170763110001168901 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	29/05/2012	06/2012	2016/09	29/05/2012	05/09/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.907,88	R\$ 53,10	52 / 60
010072995 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	23/01/2012	02/2012	2012/12	25/01/2012	29/12/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 752,03	R\$ 24,60	11 / 58
010793314 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	09/11/2011	12/2011	2012/12	11/11/2011	29/12/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.111,02	R\$ 36,40	13 / 60
009228804 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	26/04/2011	05/2011	2012/12	27/04/2011	29/12/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.487,42	R\$ 46,50	20 / 59
46-1015519/1199 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	28/01/2011	02/2011	2016/01	31/01/2011	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 281,43	R\$ 9,00	60 / 60
170763110000905490 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	08/03/2010	04/2010	2015/03	30/03/2010	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 558,76	R\$ 17,00	60 / 60
170763110000905309 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	08/03/2010	04/2010	2012/05	30/03/2010	29/05/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.745,28	R\$ 53,10	26 / 60
007692488 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	23/02/2010	03/2010	2011/10	23/02/2010	11/11/2011	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.159,86	R\$ 36,40	20 / 60
006892358 - (Empréstimo por Consignação)	389 - BANCO MERCANTIL	10/06/2009	07/2009	2011/04	09/06/2009	27/04/2011	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.440,31	R\$ 46,50	22 / 60
170763110000695827 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	02/03/2009	03/2009	2010/03	02/03/2009	30/03/2010	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 568,62	R\$ 17,00	13 / 60
170763110000695746 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	02/03/2009	03/2009	2010/03	02/03/2009	30/03/2010	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.776,26	R\$ 53,10	13 / 60
170763110000562860 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	30/01/2008	02/2008	2009/02	04/02/2008	02/03/2009	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.541,92	R\$ 53,12	13 / 60
01108928-0 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	29/10/2007	11/2007	2010/01	29/10/2007	14/01/2010	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 514,62	R\$ 22,88	27 / 36
170763110000252402 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	09/09/2005	10/2005	2008/01	10/09/2005	04/02/2008	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.847,23	R\$ 89,98	28 / 36

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	VL. Reservado
002083593	389 - BANCO MERCANTIL	01/03/2016	20/07/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.232,00	R\$ 49,90

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VI. Desconto	Util. Mês
00208359320190527	389 - BANCO MERCANTIL	06/2019	29/05/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.028,89
00208359320190426	389 - BANCO MERCANTIL	05/2019	28/04/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.072,89
00208359320190327	389 - BANCO MERCANTIL	04/2019	28/03/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.056,16
00208359320190227	389 - BANCO MERCANTIL	03/2019	07/03/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.071,70
00208359320190125	389 - BANCO MERCANTIL	02/2019	01/02/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.083,84
00208359320181227	389 - BANCO MERCANTIL	01/2019	29/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.095,63
00208359320181127	389 - BANCO MERCANTIL	12/2018	02/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.108,11
00208359320181026	389 - BANCO MERCANTIL	11/2018	28/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.152,11
00208359320180927	389 - BANCO MERCANTIL	10/2018	29/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.131,03
00208359320180827	389 - BANCO MERCANTIL	09/2018	01/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.141,47
00208359320180726	389 - BANCO MERCANTIL	08/2018	31/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.151,62
00208359320180627	389 - BANCO MERCANTIL	07/2018	29/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.162,55
00208359320180524	389 - BANCO MERCANTIL	06/2018	28/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.172,10
00208359320180426	389 - BANCO MERCANTIL	05/2018	02/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.182,46
00208359320180327	389 - BANCO MERCANTIL	04/2018	02/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.191,44
00208359320180227	389 - BANCO MERCANTIL	03/2018	28/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.203,48
00208359320180125	389 - BANCO MERCANTIL	02/2018	27/01/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.211,85
00208359320171227	389 - BANCO MERCANTIL	01/2018	28/12/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.219,98
00208359320171127	389 - BANCO MERCANTIL	12/2017	28/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.229,01
00208359320171026	389 - BANCO MERCANTIL	11/2017	28/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.236,65
00208359320170927	389 - BANCO MERCANTIL	10/2017	29/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.245,22
00208359320170824	389 - BANCO MERCANTIL	09/2017	28/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.252,40
00208359320170727	389 - BANCO MERCANTIL	08/2017	28/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.259,37
00208359320170627	389 - BANCO MERCANTIL	07/2017	28/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.267,32
00208359320170525	389 - BANCO MERCANTIL	06/2017	27/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.273,87
00208359320170427	389 - BANCO MERCANTIL	05/2017	29/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.275,71
00208359320170327	389 - BANCO MERCANTIL	04/2017	29/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.272,30
00208359320170222	389 - BANCO MERCANTIL	03/2017	01/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.316,22
00208359320170123	389 - BANCO MERCANTIL	02/2017	25/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.357,15
00208359320161220	389 - BANCO MERCANTIL	01/2017	22/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.352,72
00208359320161122	389 - BANCO MERCANTIL	12/2016	23/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.348,49
00208359320161021	389 - BANCO MERCANTIL	11/2016	23/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.345,68
00208359320160922	389 - BANCO MERCANTIL	10/2016	23/09/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.338,18
00208359320160823	389 - BANCO MERCANTIL	09/2016	25/08/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 1.294,68